

# **Os serviços como trabalho produtivo e sua complexidade**

*Services as productive work and its complexity*

**Ellen Tristão\***

## **Resumo**

O pressuposto para compreender a participação dos serviços na produção capitalista contemporânea é um enfrentamento da polêmica trabalho produtivo ou improdutivo. Entende-se que a utilização capitalista dos serviços responde a uma especificidade que torna sua análise complexa, consequência de os serviços terem como objeto seres humanos e não a natureza. Conclui-se que a complexidade dos serviços não os impede de ser trabalho produtivo, cuja definição decorre da inserção social da atividade na produção capitalista e não de seu conteúdo material ou não-material. Porém adverte-se que esta especificidade exige uma análise para além de uma analogia simplista com o trabalho fabril, principalmente diante das formas de inserção atuais do trabalhador no modo de produção capitalista.

**Palavras-chave:** serviços; trabalho produtivo; capitalismo contemporâneo

## **Abstract**

The premise for understanding the participation of services in contemporary capitalist production is a confrontation with the controversy over productive or unproductive labor. It is understood that the capitalist use of services responds to a specificity that makes its analysis complex, consequence of services having human beings and not nature as their object. It is concluded that the complexity of services does not prevent them from being productive labor, whose definition derives from the social insertion of the activity in capitalist production and not from its material or non-material content. However, it is noted that this specificity requires an analysis that goes beyond a simplistic analogy with factory work, especially in view of the current forms of insertion of workers in the capitalist mode of production.

**Keywords:** services; productive labor; contemporary capitalism

---

\* Professora na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). E-mail: ellen.lucy.tristao@gmail.com

## Introdução

A partir da crise dos anos 1960/70, o capital movimenta-se para recuperar as taxas de lucros e, dentre as tentativas para tal, destacam-se: a chamada reestruturação produtiva<sup>1</sup> e a hipertrofia das finanças<sup>2</sup>, as quais carregam consigo uma enorme complexidade e diversas contradições. Neste sentido, por que não pensar também no crescimento do setor de serviços? Esta atividade, segundo sua definição usual baseada na contabilidade nacional keynesiana/ricardiana, é responsável hoje, em países como Brasil ou Estados Unidos, por mais de 70% do emprego.<sup>3</sup>

Entendemos que os serviços são atividades de difícil apreensão: seja porque sua definição usual, pela contabilidade nacional, se distancia da análise a partir de uma perspectiva marxiana; seja por Karl Marx não ter sistematicamente tratado desta atividade; ou seja ainda pelas numerosas controvérsias em torno deste tema no próprio campo marxista. Diante desta complexidade, como compreender a participação dos serviços na acumulação capitalista no período contemporâneo? Os serviços são atividade produtiva ou apenas se apropriam de valor? A mercantilização de atividades como educação, artes, ou de serviços pessoais: motorista, segurança, diarista, cada vez mais vinculados a empresas terceirizadas, é um desdobramento das “saídas” do capital para sua crise?<sup>4</sup>

A abordagem desta problemática justifica-se por entendermos que muitos serviços subsumidos formal ou realmente à produção capitalista, estes entendidos como “[...] expressão para o *valor de uso* do trabalho, na medida em que este não é útil como coisa mas como atividade”, (Marx, 1985c, p. 118) são atividades que se distinguem essencialmente da atividade laborativa de transformação da natureza, uma vez que se direcionam a seres humanos, de modo similar ao que Lukács (2013) denomina como posições teleológicas secundárias. Este artigo elabora uma análise a partir da obra de Karl Marx para o entendimento dos serviços como trabalho produtivo ou improdutivo e dialoga com autores de concepções diversas a este respeito.

### 1. A categoria trabalho produtivo

Sobre a categoria trabalho produtivo é importante destacar que na principal obra de Marx, *O capital*, este tema não é objeto de uma seção, capítulo ou mesmo sub-

---

<sup>1</sup> Indicamos as elaborações de Antunes (2000) e Harvey (1993); e numa visão distinta destas análises Moraes Neto (2003).

<sup>2</sup> Este relevante tema na análise marxiana na contemporaneidade apresenta diversas interpretações. Destacamos Chesnais (2010), Carcanholo e Nakatani (1999) e Carcanholo e Sabadini (2009). Vale demarcar que nestas interpretações as “finanças” são formas de apropriação e não de produção de mais-valor.

<sup>3</sup> A contabilidade nacional não diferencia atividades que são simplesmente circulação, como o comércio, de serviços diretamente produtivos, como o transporte ou a construção civil. Isto significa que estes números estão superdimensionados. Ribeiro e Almeida (2006) trazem uma interessante proposta de análise das contas nacionais com base nos desenvolvimentos marxianos.

<sup>4</sup> A Indústria 4.0, assim como os trabalhos plataformizados se tornam cada vez mais relevantes no século XXI. Para sua compreensão, entender os serviços como trabalho produtivo ou improdutivo é essencial, mas optamos por não abordar esta temática neste artigo, sob risco de abrir uma nova seara de reflexões. Sobre este tema, recomendamos Antunes (2020) e Fontes (2017).

seção específica. Nesta obra encontramos desenvolvimentos sobre o tema nos capítulos V e XIV do Livro Primeiro, e outros elementos que tangenciam a questão – embora muitas vezes até centrais, de acordo com a interpretação sobre os serviços – estão presentes nos Livros Segundo (destaque ao capítulo VI) e Terceiro (principalmente capítulo XVII) de *O capital*. Já nos manuscritos preparatórios de *O capital* (com destaque aos manuscritos de 1861-63, a partir dos quais se publicou a obra *Teorias da mais-valia*, e aos manuscritos de 1865-67, do qual foi retirado o *Capítulo VI inédito*) encontramos desenvolvimentos mais completos sobre esse tema específico. Na primeira obra, essa temática se encontra na crítica de Marx aos fisiocratas e a Adam Smith e, principalmente, nos “*Aditamentos*”, no Volume I, em que temos uma seção específica sobre este tema. Da mesma forma, no *Capítulo VI inédito* temos uma seção dedicada ao assunto.

O trabalho produtivo, em geral, é caracterizado como o trabalho que produz um excedente, ou seja, produz mais riqueza do que consome no processo de produção, definição já presente nos fisiocratas e em Adam Smith (1983).<sup>5</sup> Este último, avança em relação aos fisiocratas ao considerar o valor de troca e não apenas o valor de uso como referência para o trabalho produtivo. No entanto, aponta os serviços como atividade improdutiva devido ao seu resultado, ou seja, por cessar de existir ao término da execução. Essa concepção adicional de trabalho produtivo de Smith é considerada equivocada por Marx. (Marx, 1980, p. 140; p. 153) Porém, Smith (1983, p. 286-7) também definirá trabalho produtivo e improdutivo por sua relação com o capital e, a partir desta concepção, o seu resultado deixa de ser determinante, para Marx uma definição acertada.<sup>6</sup>

Apesar de utilizar-se das definições “acertadas” de Smith para suas conclusões, Marx supera definitivamente a economia política clássica, suas contradições e limites. Ele demonstra o processo de valorização que ocorre durante o processo de trabalho na produção de mercadorias. A produção de mais-valor se torna o fundamento para a definição de trabalho produtivo:

A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, portanto, que produza em geral. Ele tem de produzir mais-valia. Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital. (Marx, 1985b, p. 105)

Marx revela o que seus antecessores não conseguiram: a essência do modo de produção capitalista, a produção e apropriação de mais-valor. O processo de valoriza-

---

<sup>5</sup> Os fisiocratas defendiam a agricultura como única atividade produtiva, pois gera um valor excedente em relação ao investido no início do ciclo, excedente destinado à classe dos proprietários da terra em que cultivam (Quesnay, 1996), para Marx este último aspecto é o essencial.

<sup>6</sup> Quanto a esta segunda definição Marx é explícito em sua concordância: “[...] A. Smith penetrou no âmago da questão, acertou na mosca, e um dos seus maiores méritos científicos [...] é o de ter definido o trabalho produtivo como trabalho que se troca de imediato por capital – troca em que as condições de produção do trabalho e o valor em geral, dinheiro ou mercadoria, antes de tudo se transformam em capital (e o trabalho em trabalho assalariado na acepção científica)”. (Marx, 1980, p. 137)

ção é possível pois ao comprar a força de trabalho do trabalhador o capitalista a compra pelo seu valor de troca (salário), que corresponde ao tempo de trabalho socialmente necessário para produzir os meios de subsistência indispensáveis ao seu portador, seu valor. Porém, o que o capitalista utilizará é o valor de uso dessa força de trabalho,<sup>7</sup> a qual, pertencendo ao capitalista (como qualquer outra mercadoria comprada), poderá ser utilizada como seu “proprietário” determinar e, neste caso, em tempo de trabalho superior ao tempo de trabalho necessário para reproduzi-la. Esse tempo de trabalho excedente é o mais-valor apropriado pelo capitalista. *Trabalho produtivo é trabalho que reproduz valor e produz mais-valor*. Por esta definição, várias atividades dos serviços são atividades produtivas, pois o que define o trabalhador como produtivo não é o processo de trabalho ao qual se submete, mas se ele participa ou não do processo de valorização do capital, mediante o processo de trabalho na produção de mercadorias, como indica a citação:

[...] o processo de trabalho é apenas um meio para o processo de valorização do capital. É produtivo, pois, aquele trabalho que se representa em *mercadorias*, porém, se considerarmos a mercadoria individual, é-o aquele que, numa parte alíquota desta, representa *trabalho não pago*. (Marx, 1985c, p. 109)

A diferença fundamental entre trabalho produtivo e improdutivo consiste na finalidade de sua troca por dinheiro, mais precisamente, no papel do dinheiro durante este processo de troca: “A diferença entre o trabalho produtivo e o improdutivo consiste apenas em que, em si, o trabalho é trocado por dinheiro como dinheiro e em dinheiro como capital”. (Marx, 1985c, p. 119) Para ilustrar esse fato, Marx nos dá alguns exemplos a partir de atividades de serviços:

Uma cantora que canta como um pássaro é uma trabalhadora improdutiva. Na medida em que vende o seu canto é uma assalariada ou uma comerciante. Porém, a mesma cantora contratada por um empresário que a põe a cantar para ganhar dinheiro, é uma trabalhadora produtiva, pois produz diretamente capital. Um mestre-escola que é contratado com outros para valorizar, mediante o seu trabalho, o dinheiro do empresário da instituição que trafica conhecimento é um trabalhador produtivo. (Marx, 1985c, p. 115)<sup>8</sup>

Nesse sentido, não haveria qualquer dúvida quanto à caracterização dos serviços como trabalho produtivo. No entanto, como pontuaremos a seguir, quando outras categorias se somam a esta e se amplia a análise para o processo global de produção capitalista,<sup>9</sup> novas questões surgem e este tema torna-se centro de polêmicas no campo marxista.

---

<sup>7</sup> O valor de uso da força de trabalho constitui-se simultaneamente na capacidade de realizar trabalho concreto e trabalho abstrato, o que a torna uma mercadoria especial, por esse duplo aspecto.

<sup>8</sup> Em Marx (1985b, p. 106), exemplifica-se com o trabalho produtivo do professor da “fábrica de ensinar”.

<sup>9</sup> Ao final do *Capítulo VI inédito* e das *Teorias da mais-valia*, Marx afirma que até o momento sua análise se direcionou ao processo imediato de produção. E é neste nível de abstração que se encontra o Livro Primeiro de *O capital*, do qual partiram todas as considerações que pontuamos até aqui.

## 2. A complexidade dos serviços

Para ilustrar a problemática sobre o trabalho produtivo, a seguir apontaremos temas e categorias que são objetos de controvérsia ou que complexificam a análise do caráter produtivo ou improdutivo dos serviços.

### 2.1. Os limites dos serviços apontados por Karl Marx

Existem diferenças explícitas entre o trabalho dentro de uma fábrica capitalista e os serviços. O primeiro utiliza a força de trabalho assalariada e produz mercadorias que existem separadamente do ato de produção, ou seja, cujo resultado é material. Já nos serviços o produto pode existir de duas maneiras: como mercadorias que existem separadamente do produtor (como livros e quadros) e como produto não separável do ato de produção (uma aula). Ao tratar da aplicação da produção capitalista aos serviços nestas duas formas, Marx aponta para a existência de limites para essa aplicação capitalista:

1) O seu resultado são mercadorias que existem separadamente do produtor [...]. *A produção capitalista só se pode aplicar aqui de maneira muito limitada.* [...] 2) O produto não é separável do ato de produção. *Também aqui o modo de produção capitalista só tem lugar de maneira limitada, e só pode tê-lo, devido à natureza da coisa, em algumas esferas.* (Marx, 1985c, p. 119-20; ênfase adicionada)<sup>10</sup>

Nas *Teorias da mais-valia*, após passagem semelhante, Marx (1980, p. 404) acrescenta que aqueles serviços do primeiro tipo, que resultam em mercadorias, muitas vezes se apresentam como forma de transição, sendo esta “[...] uma relação que nada tem a ver com o autêntico modo de produção capitalista e não lhe está ainda subsumida, nem mesmo formalmente”. Essas atividades trabalhariam apenas para um capital mercantil.<sup>11</sup> No final dessa mesma seção, afirma: “todas essas manifestações da produção capitalista nesse domínio, comparadas com o conjunto dessa produção, são tão insignificantes que podem ficar de todo despercebidas”. (Marx, 1980, p. 404) Certamente se isso era um fato na época de Marx, atualmente a realidade que se manifesta é muito distinta, dada a importância dos serviços como atividade de ocupação da força de trabalho.

Ora, diante destas afirmações, parece-nos claro que estes limites se concentram no fato dos serviços não produzirem uma mercadoria “material”. Observamos que o fato destas atividades apresentarem “limites” não significa que não possam ser utilizadas como atividades produtivas, pois a própria citação afirma sua utilização na “produção capitalista”, cujo objetivo é apenas um: a produção de mais-valor. De qualquer modo, na próxima subseção abordaremos o caráter “imaterial” dos serviços.<sup>12</sup>

---

<sup>10</sup> Esse resultado dos serviços, em suas duas formas, pode ser encontrado também em Marx (1980, p. 399; p. 403-4).

<sup>11</sup> Compra e venda que possibilita apenas a apropriação de mais-valor, nunca sua produção.

<sup>12</sup> Aqui “imaterial” não carrega qualquer aproximação à tese de que a economia seria pautada pelo trabalho imaterial, cujos principais determinantes são a linguagem, o afeto, a informação e a subjetividade. Sobre o trabalho imaterial citamos: Hardt e Negri (2001); Lazzarato e Negri (2001); Gorz (2005). Críticas as estas teses podem ser encontradas em: Lessa (2005); Boron (2002); Prado (2005); Moraes Neto (2006, p. 39-61).

## 2.2. Materialidade da mercadoria

Como estes limites não estão explícitos na obra marxiana, uma saída comum é procurá-los como desdobramento do resultado imaterial dos serviços.<sup>13</sup> Essa saída pode ser fomentada pela “tendência” de que cada vez mais a produção “material” seja subsumida ao capital, e que fora dela só restem os serviços.

[...] com a extensão do jugo do capital à produção inteira, isto é, com a produção de toda mercadoria para o comércio e não para o consumo imediato, e com o desenvolvimento da produtividade do trabalho, cada vez mais se firmará uma diferença material entre trabalhadores produtivos e improdutivos, pois os primeiros, com raras exceções, produzirão exclusivamente *mercadorias*, e os últimos, com raras exceções realizarão serviços pessoais. Assim, a primeira classe produzirá riqueza imediata, material, consistente em mercadorias, todas as mercadorias excetuada a constituída pela própria força de trabalho. (Marx, 1980, p. 140)

Essa passagem poderia sugerir que a produção de “riqueza imediata, material” adequar-se-ia melhor aos objetivos da produção capitalista, qual seja: valorizar capital. Enquanto os serviços, por não resultarem, em sua maioria, como é o caso da atividade docente, em “riqueza imediata, material” não seriam utilizados na valorização de capital.<sup>14</sup> Esse argumento é justamente utilizado por Marx para explicar o porquê de Smith considerar os serviços como atividade improdutiva. No entanto, o seguinte trecho é esclarecedor:

Quando falamos da mercadoria como materialização do trabalho – no sentido de seu valor de troca –, trata-se apenas de uma simples maneira de ser ideal, isto é, meramente social de mercadoria, e nada tem a ver com sua realidade corpórea; concebe-se a mercadoria como determinada quantidade de trabalho social ou de dinheiro. É possível que o trabalho concreto de que resulta, nela não deixe vestígio. (Marx, 1980, p. 151)

O fato desta “imaterialidade” não ser impeditivo para que a atividade de serviços seja utilizada como trabalho produtivo pode ser ainda encontrada no Livro Segundo de *O capital*. Ao tratar dos transportes Marx (1985d, p. 42-4) afirma que para atividades cujo efeito útil só é consumível durante o processo de produção e que, portanto, não circule como mercadoria “[...] o valor de troca desse efeito útil é determinado, como o das demais mercadorias, pelo valor dos elementos de produção consumidos para obtê-lo (força de trabalho e meios de produção) somados à mais-valia, criada pelos trabalhadores [...]”.<sup>15</sup> Na análise do ciclo do capital, no Livro II d’*O capital*, a diferença entre serviços e produção imediata de valores de uso vendáveis se expressa

<sup>13</sup> Esse é o caso de Mandel (1998), Lessa (2007) dentre outros autores que tangenciam a temática, como Iamamoto (2007) e Saviani (2008), sendo que, apenas para estes últimos, isto não impede que os serviços sejam produtivos.

<sup>14</sup> Conclusão de Ruy Fausto (1987, p. 255), que afirma: “[...] o trabalho que tem como resultado um produto material, e o produto material, são as formas mais adequadas para respectivamente ser explorado em forma capitalista e ser vendido como mercadoria”. Porém, em nota de rodapé, conclui que no século XX a forma “material” e “imaterial” tornam-se ambas adequadas à produção capitalista, e que a afirmação de Marx valeria apenas para o século XIX.

<sup>15</sup> Elaboração semelhante sobre os transportes de pessoas ou mercadorias está em Marx (1980, p. 404-5).

num ciclo do capital mais curto: D – M (MP; FT) ... P ... D'.<sup>16</sup> Não temos aqui M', ou seja, o capital-mercadoria no qual o trabalho se objetiva. Segundo Marx, isto não impede que a atividade de transporte de mercadorias seja atividade produtiva; no entanto, embora esta mesma fórmula possa ser aplicada aos serviços, não existe nenhum consenso sobre esta “imaterialidade” ser ou não impeditivo para uma atividade ser produtiva.

### 2.3. Subsunção real e formal

Na busca de uma explicação para os limites da utilização capitalista dos serviços, pareceu-nos frutífero abordar as formas de subsunção do trabalho ao capital, pois Marx (1985c, p. 115) afirma que “[...] a maior parte destes trabalhadores [dos serviços], do ponto de vista da forma, apenas se submetem formalmente ao capital [...]”.

A subsunção formal do trabalho ao capital existe a partir do momento em que um trabalhador vende sua força de trabalho ao capitalista.<sup>17</sup> No entanto, esta forma de subsunção em nada altera o conteúdo do processo de produção: o trabalhador executa a atividade tal como fazia antes do domínio do capital. Esta forma de subsunção relaciona-se diretamente à produção de mais-valor absoluto: uma vez que o capital em nada altera o processo produtivo, a única forma de conseguir um aumento do mais-valor produzido é pelo prolongamento da jornada de trabalho ou intensificação do trabalho. A coerção é a regra para o aumento da produtividade.

Já a subsunção real do trabalho ao capital pressupõe uma alteração no processo produtivo que deriva diretamente desta subsunção. Apenas quando o trabalho se modifica em seu conteúdo, em decorrência do domínio do capital, é que o modo de produção capitalista assume sua forma específica, ou seja, o processo produtivo lhe é subsumido social e materialmente. Este processo se verifica, ainda que de forma incipiente, na manufatura e de forma mais desenvolvida e plena com a maquinaria.<sup>18</sup> As modificações impostas pelo capital ao trabalho, que resultam em um desenvolvimento

<sup>16</sup> Sendo D dinheiro; M mercadoria; MP meios de produção; FT força de trabalho, e P representa o processo de produção.

<sup>17</sup> “O essencial na subsunção formal é o seguinte: 1) A relação puramente monetária entre aquele que se apropria do sobretrabalho e o que o fornece [...]. É apenas na sua condição de possuidor das condições de trabalho que, neste caso, o comprador faz com que o vendedor caia sob sua dependência econômica; não existe nenhuma relação política, fixada socialmente, de hegemonia e subordinação. 2) O que é inerente à primeira relação – caso contrário o operário não teria que vender a sua capacidade de trabalho – é que as suas condições objetivas de trabalho (meios de produção) e as suas condições subjetivas de trabalho (meios de subsistência), monopolizadas pelo aquisidor da sua capacidade de trabalho, se lhe opõem como capital. [...] O processo de trabalho, do ponto de vista tecnológico, efetua-se exatamente como antes, só que agora como processo de trabalho subordinado ao capital”. (Marx, 1985c, p. 94-5)

<sup>18</sup> “Na subsunção real ao capital [...] desenvolvem-se as forças produtivas sociais do trabalho e, graças ao trabalho em grande escala, chega-se à aplicação da ciência e da maquinaria à produção imediata. Por um lado, o modo de produção capitalista, que agora se estrutura como um modo de produção *sui generis*, origina uma forma modificada de produção material. Por outro lado, essa modificação da forma material constitui a base para o desenvolvimento da relação capitalista, cuja forma adequada corresponde, por consequência, a determinado grau de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas do trabalho”. (Marx, 1985c, p. 105)

das forças produtivas do trabalho – no caso, forças produtivas do capital – direcionam-se à produção de mais-valor relativo. O domínio do capital sobre o trabalho se amplia: inicialmente com o esvaziamento do conteúdo do trabalho dos “peões” na manufatura; e depois com a transformação do trabalhador em mero apêndice, ou mesmo supérfluo ao processo produtivo com o desenvolvimento da maquinaria.

Na manufatura o aumento da produtividade do trabalho social apresenta-se a partir de uma nova combinação do fator subjetivo da produção, a força de trabalho, cuja atividade desenvolve-se na cooperação especializada, no trabalho parcelar. Esse aumento da produtividade permite já uma subsunção real do trabalho ao capital.<sup>19</sup> No entanto, esta subsunção real, com a produção de mais-valor relativo, possui limites significativos que freiam a acumulação de capital.<sup>20</sup> Com a maquinaria, o capital encontra sua forma mais adequada e estes limites são superados. Esta superação ocorre porque a maquinaria retira as ferramentas das mãos dos trabalhadores e as coloca em um mecanismo automático, ou seja, a destreza e movimentos dos trabalhadores são agora reproduzidos pela máquina, que é tão mais desenvolvida quanto menos a mão humana interfere no processo de transformação do objeto de trabalho em produto.<sup>21</sup>

Ora, se grande parte das atividades dos serviços se caracteriza como serviços pessoais, ou serviços que envolvem criatividade, afeto e outras características imanentemente humanas, como seria possível estas qualidades humanas serem absorvidas pelo capital, na medida em que expropriadas do trabalhador? Ao analisarmos atividades como o serviço social e a educação, por exemplo, concluímos, em trabalhos anteriores, que para serviços cujo conteúdo é humano – ou seja, que se constituem como relação entre seres humanos – a subsunção real ao capital seria muito limitada, pois,

---

<sup>19</sup> “A divisão manufatureira do trabalho cria, por meio da análise da atividade artesanal, da especificação dos instrumentos de trabalho, da formação dos trabalhadores especiais, de sua agrupação e combinação em um mecanismo global [...] determinada organização do trabalho social, e desenvolve com isso, ao mesmo tempo, nova força produtiva social do trabalho. Como forma especificamente capitalista do processo de produção social – e sob as bases preexistentes ela não podia desenvolver-se de outra forma, a não ser na capitalista – é apenas um método especial de produzir mais valia-relativa ou aumentar a autovalorização do capital – o que se denomina riqueza social, *Wealth of Nations* etc. – à custa dos trabalhadores”. (Marx, 1985a, p. 286)

<sup>20</sup> Sinteticamente os limites da manufatura são: 1) limite na decomposição do trabalho, principal elemento em seu aumento de produtividade; 2) barreira orgânica, pois o ser humano é “um instrumento muito imperfeito de produção de movimento uniforme e contínuo” (Marx, 1985b, p. 10); 3) problema do transporte, pois os trabalhadores são distribuídos de forma isolada, e a matéria-prima tem de correr de mão-em-mão; 4) os artífices permanecem trabalhadores qualificados, e seu “saber” permanece uma barreira ao aumento de produtividade.

<sup>21</sup> “[...] [Na] máquina-ferramenta ou máquina de trabalho propriamente dita [...] reaparecem [...] os aparelhos e ferramentas com que o artesão e o trabalhador da manufatura trabalham, não como ferramentas do homem, porém agora como ferramentas de um mecanismo ou ferramentas mecânicas. [...] A máquina-ferramenta é, portanto, um mecanismo que, ao ser-lhe transmitido o movimento correspondente, executa com todas as suas ferramentas as mesmas operações que o trabalhador executava antes com ferramentas semelhantes”. (Marx, 1985b, p. 8-9) E ainda: “Como maquinaria, o meio de trabalho adquire um modo de existência material que pressupõe a substituição da força humana por forças naturais e da rotina empírica pela aplicação consciente das ciências da Natureza”. (Marx, 1985b, p. 17)



numa analogia com a produção fabril, isso seria o mesmo que expropriar a humanidade de seus atributos humanos (o que não deixa de acontecer com a alienação), mas, principalmente, transferi-los para a máquina. Igualaríamos então sujeito e objeto?<sup>22</sup>

Entendemos que a utilização de serviços no processo de valorização do capital (ainda que seja apenas para apropriação de valor, como defendem alguns autores) leva ao esvaziamento destas atividades, que deixam de produzir os valores de uso aos quais se direcionavam, ou são direcionados a suprir outras necessidades, ainda que não sem contradições e resistências. No caso da educação, ao invés de se educar, apenas se vendem os diplomas. Esta contradição, que impacta diretamente no conteúdo dos serviços em-si, deturpando-o, no entanto, não impede que estas atividades – ainda que de forma limitada – sejam utilizadas no processo produtivo, o que caracterizaria os serviços como trabalho produtivo.<sup>23</sup> Basta lembrar que a subsunção formal do trabalho ao capital, tal como presente na cooperação simples, já faz desta uma forma de trabalho produtivo. No entanto, os limites aí são muitos.

#### 2.4. Posições teleológicas primárias e secundárias

Uma análise da práxis humana a partir da definição de posições teleológicas contribui para entender a especificidade dos serviços, de modo a fugirmos de definições como “atividade terciária”, ou mesmo de suas caracterizações na contabilidade nacional, as quais não consideram a essência da produção capitalista e seu processo de acumulação que nos são explicitados por Marx. Esta análise toma por base os escritos de György Lukács, em sua obra *Para uma ontologia do ser social*.

O trabalho, tal como desenvolve Marx (1985a, p. 149), é “[...] um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a Natureza [...]”. Esta atividade social é denominada por Lukács (2013) como “posição teleológica primária”, ou seja, atividade voltada à transformação da natureza a partir de uma prévia ideação. Lukács define que o trabalho é composto por uma unidade de atividades heterogêneas, tais quais: posição dos fins, escolha dos meios e a posição (o pôr das cadeias causais).<sup>24</sup>

Temos aqui a indissociável interdependência de dois atos que são, em si, mutuamente heterogêneos, os quais, porém, nessa nova vinculação ontológica, constituem o complexo autenticamente existente do trabalho e, como veremos, perfazem o fundamento ontológico da práxis social e até do ser social no seu conjunto. Os dois atos heterogêneos a que nos referimos são: de um lado, o espelhamento mais exato possível da realidade considerada e, de outro, o correlato pôr daquelas cadeias causais que, como sabemos, são indispensáveis para a realização do pôr teleológico. (Lukács, 2013, p. 64-5)

<sup>22</sup> Ainda que a Inteligência Artificial (IA) hoje surja como uma possibilidade cada vez mais real, seus limites são constantemente apontados. Mais do que criatividade, as IAs fazem uso de algoritmos e do processamento de muitas informações simultâneas, para então dar respostas. (Antunes, 2020)

<sup>23</sup> Argumento desenvolvido em Tristão (2008).

<sup>24</sup> Este entendimento é desenvolvido por Lukács (2013) a partir de considerações de Aristóteles, que divide o trabalho em dois momentos distintos: o pensar (*nóesis*) e o produzir (*poiésis*), e a partir de Nicolai Hartmann, o qual irá desmembrar o primeiro componente, o pensar, em posição do fim e busca dos meios.

Com o desenvolvimento social, a produção transforma-se em atividade cada vez mais mediada, de forma que entre a posição dos fins, a escolha dos meios e o pôr das cadeias causais que resultam no produto, mais e mais atividades tornam-se necessárias, e com elas multiplicam-se as alternativas, as decisões que dão movimento e direção às cadeias causais.

Lukács afirmará que com o desenvolvimento social surgem posições teleológicas que não têm como objetivo imediato a transformação da natureza. No próprio processo de trabalho cooperativo se têm atividades que apenas mediante outras posições teleológicas atuam na transformação da natureza. O objeto de tais atividades é, portanto, não a natureza, mas a consciência de outros seres humanos. Desta maneira, estas posições teleológicas tendem a direcionar posição teleológica de outrem, no sentido da transformação do objeto, sendo consideradas, portanto, como posições teleológicas secundárias.

Os pores teleológicos que aqui se verificam realmente têm um caráter secundário do ponto de vista do trabalho imediato; devem ter sido precedidos por um pôr teleológico que determinou o caráter, o papel a função etc. dos pores singulares, agora concretos e reais, orientados para um objeto natural. Desse modo, o objeto desse pôr secundário do fim já não é mais algo puramente natural, mas a consciência de um grupo humano; o pôr do fim já não visa a transformar diretamente um objeto natural, mas, em vez disso, a fazer surgir um pôr teleológico que já está, porém, orientado a objetos naturais; da mesma maneira, os meios já não são intervenções imediatas sobre objetos naturais, mas pretendem provocar essas intervenções por parte de outros homens. (Lukács, 2013, p. 83-4)

Com o desenvolvimento social, essas posições teleológicas secundárias se autonomizam do trabalho e constituem-se em atividades próprias de determinados grupos de pessoas ou pessoas no interior da divisão social do trabalho que também se complexifica. (Lukács, 2013) Dentre essas atividades temos a política, a educação, a filosofia etc., muitas das quais, como desenvolverá Lukács (2013), constituir-se-ão no que este entende como ideologia. O *modus operandi* das ideologias, ao terem por objeto seres humanos e não a natureza, é análoga a dos serviços e, portanto, carrega diferenças frente ao trabalho de transformação da natureza. A seguir, com base em Lukács (2013), exporemos uma breve síntese destas diferenças, apontando características presentes nas posições teleológicas secundárias quando comparadas às posições teleológicas primárias:

- a) *Maior grau de incerteza e intenção mais imprecisa*: uma vez que não agem sobre séries causais e sim sobre outras posições teleológicas;
- b) *Diferente “resistência da matéria”*: o que modifica os critérios de erro e acerto, pois a ação envolve valores que podem influir sobre as escolhas alternativas da produção;
- c) *Possibilidade de operar com falsas consciências*: que podem com êxito agir sobre outras posições teleológicas;
- d) *Maior campo de desconhecimento*: pois legalidades externas podem surgir após o início da ação e mover a ação última daqueles que executam o ato individual do trabalho no sentido estrito (cuja ação última é o pôr da cadeia causal);

- e) *Menor duração*: o que impossibilita análises e modelos abstratos sobre estas atividades, as quais se modificam mais rapidamente a partir de mudanças sócio-históricas; e
- f) *Menor incidência sobre a essência*: pois sua ação aí é mediada pelas posições teleológicas sobre as quais atua.<sup>25</sup>

Todas essas diferenças – que se desenvolvem a partir da gênese e função de cada atividade – têm por fundamento a “matéria” sobre a qual as posições teleológicas secundárias atuam: *não se trata de pôr em movimento séries causais, mas, sim, agir sobre outras posições teleológicas*. Além de responderem a legalidades sociais, que só agem tendencialmente, ainda incidem sobre elas categorias puramente sociais e em si heterogêneas, como os valores, o afeto, os preconceitos, e tudo isso tendo por horizonte de ação a vida cotidiana, na qual operam a imediaticidade, a heterogeneidade e a superficialidade extensiva.<sup>26</sup>

Entendemos que estas diferenças não impedem a utilização dos serviços no processo de valorização do capital, mas complexificam e limitam esta utilização. Ficamos claro, também, que a subsunção destas atividades ao capital tem pressupostos muito distintos da subsunção de posições teleológicas primárias, por todas as diferenças pontuadas, mas, principalmente, por suas gênese, função e “matéria” sobre a qual atuam, distintas do trabalho.

## 2.5. Trabalho coletivo

A análise acerca de trabalho produtivo também exige a compreensão de outra categoria: o trabalho coletivo. Marx trata desta categoria em *O capital* e em *Teorias da mais-valia*, nas quais desenvolve suas considerações acerca de trabalho coletivo ao referir-se ao modo de produção especificamente capitalista e ao processo de subsunção real do trabalho ao capital. No Livro Primeiro de *O capital*, publicado em vida por Marx, encontramos o seguinte trecho:

Na medida em que o processo de trabalho é puramente individual, o mesmo trabalho reúne todas as funções que mais tarde se separam. Na apropriação individual de objetos naturais para seus fins de vida ele controla a si mesmo. Mais tarde ele será controlado. O homem isolado não pode atuar sobre a Natureza sem a atuação de seus próprios músculos, sob o controle de seu próprio cérebro. Como sistema natural cabeça e mão estão interligados, o processo de trabalho une o trabalho intelectual com o trabalho manual. Mais tarde separam-se até se oporem como inimigos. *O produto transforma-se, sobretudo, do produto direto do trabalhador coletivo, isto é, de um pessoal combinado de trabalho, cujos membros encontram-se mais perto ou mais longe da manipulação do objeto de trabalho*. (Marx, 1985b, p. 105; ênfase adicionada)

A partir do entendimento de trabalho coletivo, percebe-se que há uma ampliação do caráter cooperativo do processo de trabalho. Enquanto na cooperação simples

<sup>25</sup> Estas são explicadas de forma mais detalhada em Tristão (2011).

<sup>26</sup> Para uma análise sintética da vida cotidiana citamos: Netto (1989). Este tema é desenvolvido de forma ampla por Lukács (1966; 2013). Heller (1985) e Heller (1977) são também referências importantes sobre o tema.

e na manufatura todos os trabalhadores que compunham o trabalho coletivo trabalhavam lado a lado num mesmo processo produtivo ou em processos diferentes e conexos, tal como Marx define a cooperação em geral no capítulo XI,<sup>27</sup> com o desenvolvimento do modo de produção especificamente capitalista em sua forma plena esta cooperação se complexifica. A citação a seguir explicita a diferença entre estas distintas formas de cooperação:

Na manufatura, a articulação do processo social de trabalho é puramente subjetiva, combinação de trabalhadores parciais; no sistema de máquinas, a grande indústria tem um organismo de produção inteiramente objetivo, que o operário já encontra pronto, como condição de produção material. Na cooperação simples e mesmo na especificada pela divisão do trabalho [manufatura], a supressão do trabalhador individual pelo socializado aparece ainda como sendo mais ou menos casual. A maquinaria, [...], só funciona com base no trabalho imediatamente socializado ou coletivo. O caráter cooperativo do processo de trabalho torna-se agora, portanto, uma necessidade técnica ditada pela natureza do próprio meio de trabalho. (Marx, 1985b, p. 17)

Na cooperação simples, “existente nos primórdios ainda artesanais da produção capitalista”, e mesmo na manufatura, a cooperação, ou constituição do trabalho coletivo, é subjetiva e ainda é mais ou menos casual. Já na cooperação com base técnica automatizada (maquinaria) a cooperação é ditada pelo próprio meio de trabalho: a máquina – forma mais adequada ao capital em geral. Na maquinaria a cooperação amplia-se, uma vez que para que o processo de produção se realize são necessárias numerosas atividades.<sup>28</sup> Como afirma Marx (1985b, p. 105): “o produto transforma-se, sobretudo, do produto direto do trabalhador coletivo, isto é, de um pessoal combinado de trabalho, cujos membros encontram-se mais perto ou mais longe da manipulação do objeto de trabalho”. O processo produtivo é imediatamente coletivo. Entende-se

---

<sup>27</sup> “A forma de trabalho em que muitos trabalham planejadamente lado a lado e conjuntamente, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes mais conexos, chama-se cooperação”. (Marx, 1985a, p. 259)

<sup>28</sup> “Como base técnica da produção, a maquinaria só funciona, e com ela todo processo produtivo, com base no trabalho coletivo, aí incluídos: os que trabalharam apenas com o cérebro, aqueles que deram aplicação técnica a conhecimentos científicos, que viram nas forças da natureza sua aplicabilidade técnica; aqueles que direcionaram essa técnica a um fim, que elaboraram idealmente o produto; ainda há aqueles que tornaram a aplicação técnica da ciência e das forças naturais em máquinas; aqueles que organizaram essas máquinas num processo produtivo harmônico e global; há aqueles que irão controlar o funcionamento dessas máquinas, muitas vezes sem conhecer seus princípios; ainda aqueles que irão apenas supervisionar o funcionamento da máquina; em alguns casos, aqueles que alimentarão a máquina com o objeto a ser transformado; depois aqueles que levarão ao transporte os produtos prontos; outros tantos que cuidarão do funcionamento e manutenção dos edifícios; e, por fim, aqueles que atuaram para que esse coletivo heterogêneo reconheça-se como uma unidade, para que todos atuem de forma coerente, como os gerentes e, porque não, psicólogos e assistentes sociais. Para cada processo produtivo, essa combinação e essas funções se alteram, mas cada uma dessas funções é executada por um trabalhador indispensável ao processo produtivo, tenha ele ou não consciência da produção e de seu resultado. Esta interconexão é fruto e imanente ao modo de produção especificamente capitalista, ao modo de produção que encontrou sua forma adequada, a maquinaria”. (Tristão, 2012, p. 22)

que, portanto, o trabalho coletivo descrito no capítulo XIV de Marx pressupõe o modo de produção especificamente capitalista em sua forma mais adequada, a maquinaria.

Vejamos agora como o trabalho coletivo relaciona-se ao trabalho produtivo. Para Marx, a categoria de trabalho produtivo sob a forma especificamente capitalista se amplia para aí incluir os diversos trabalhadores que compõem o trabalho coletivo. Segue trecho imediatamente posterior à definição citada de trabalho coletivo em Marx:

Com o caráter cooperativo do próprio processo de trabalho amplia-se, portanto, necessariamente o conceito de trabalho produtivo e de seu portador, do trabalhador produtivo. Para trabalhar produtivamente, já não é necessário, agora, pôr pessoalmente a mão na obra; basta ser órgão do trabalhador coletivo, executando qualquer uma de suas subfunções. A determinação original, acima, de trabalho produtivo, derivada da própria natureza da produção material, permanece sempre verdadeira para o trabalhador coletivo, considerado como coletividade. Mas ela já não é válida para cada um de seus membros tomados isoladamente. (Marx, 1985b, p. 105)

Este trecho, além de explicitar o entendimento de Marx sobre trabalho produtivo, faz-nos uma importante advertência. Para Marx é verdadeiro que enquanto coletividade todos os trabalhadores do trabalhador coletivo são trabalhadores produtivos; no entanto, quando tomados isoladamente, esta definição já não é válida. Esta advertência nos remete à análise do trabalho coletivo como um complexo composto por posições teleológicas primárias e posições teleológicas secundárias. Estas últimas, como indicado na subseção anterior, direcionam-se a outras posições teleológicas e não à manipulação direta na transformação da natureza. Se a posição teleológica primária não se realizar, a posição teleológica secundária também não terá efetividade em seu objetivo. Neste caso, a transformação da natureza a partir de um direcionamento a determinado fim permanecerá apenas como potência, *dynamis*. (Lukács, 2013)

Ainda sobre a relação de trabalho produtivo e trabalhador coletivo, no mesmo trecho Marx pontuará que o conceito de trabalho produtivo se estreita, pois só é produtivo o trabalhador que produz mais-valor:

Por outro lado, porém, o conceito de trabalho produtivo se estreita. A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, portanto, que produza em geral. Ele tem que produzir mais-valia. Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital. (Marx, 1985a, p. 105)

Ao explicitar o trabalho coletivo, Marx dá novo significado ao trabalho produtivo frente à definição dada na seção primeira do capítulo V do Livro Primeiro (trabalho que produz valores de uso). Esta observação complexifica ainda mais nossa análise. Se até então trabalho coletivo era analisado sob uma perspectiva do trabalho concreto (era trabalho produtivo por produzir valores de uso), fica o questionamento sobre a possibilidade de o trabalho ser ou não produtivo no sentido de servir à valorização do capital. Ainda assim, mesmo se estendêssemos essa “ampliação” ao trabalho produtivo (como trabalho coletivo) enquanto aquele que produz mais-valor (conceito “mais estreito”), nem todos os membros do trabalhador coletivo, *se considerados isoladamente*, atuariam diretamente na transformação do objeto de trabalho. Indaga-se então: se, considerados isoladamente, esses trabalhadores não deixariam de ser produtivos também no sentido “estrito” do termo?

### 3. Algumas interpretações

Dentre os diversos entendimentos sobre trabalho produtivo e improdutivo, considerando mais precisamente o que se pensa sobre os serviços, destacamos duas interpretações e, mesmo assim, restringimo-nos a alguns aspectos destas análises, tendo por intuito ilustrar a polêmica sobre este tema. Estes autores, mesmo tomando por base os mesmos escritos de Marx, chegam a conclusões muito diferentes.

#### 3.1. Ernest Mandel e a diferença entre valorização do capital individual e global

Um teórico de grande renome no campo marxista certamente é Ernest Mandel. No Brasil suas duas obras de maior circulação são *Capitalismo tardio* e *Crise do capital*. Para tratarmos das concepções deste autor acerca da categoria trabalho produtivo, abordaremos aqui uma obra ainda sem tradução ao português, intitulada *El capital: cien años de controversias en torno a la obra de Karl Marx*. Neste livro Mandel (1998) parte do entendimento de que trabalho produtivo é aquele que se troca por dinheiro enquanto capital e não dinheiro como renda,<sup>29</sup> ou seja, toda atividade que valoriza capital pode ser considerada atividade produtiva. No entanto, Mandel afirma que esta seria uma primeira “definição” de trabalho produtivo,<sup>30</sup> que só seria correta do ponto de vista de um capital individual. Portanto, ao ampliar-se a análise ao processo global de produção, deve-se ter entendimento diverso.<sup>31</sup> Segundo Mandel, a partir do Livro Segundo, Marx define que trabalho produtivo é aquele que contribui para o aumento da massa global de valor, de forma que muitas atividades que valorizam capital individual não contribuem para o aumento da massa global de mais-valor, ou seja, são atividades que apenas se apropriam de valor, tal como as atividades do comércio ou da bolsa de valores.

Sólo la producción de mercancías hace posible la creación de valor y plusvalor. Sólo dentro del área de la producción de mercancías, pues, se lleva a cabo el trabajo productivo. Ningún nuevo plusvalor se puede agregar a la esfera de la circulación y el intercambio, para no hablar de la bolsa de valores o el mostrador del banco; todo lo que tiene lugar ahí es la redistribución o reparto del plusvalor creado antes. (Mandel, 1998, p. 123)

Mandel conclui que, diferentemente do que Marx aponta em *Teorias da mais-valia*, em *O capital*, ao considerar o processo global de produção, Marx concluiria que apenas a produção de objetos materiais pertence à esfera da produção de valor.

La definición de trabajo productivo como trabajo productor de mercancías, que combina trabajo concreto y abstracto (es decir que combina la creación

<sup>29</sup> “[...] *el trabajo productivo puede definirse entonces como todo trabajo que se intercambia por capital y no por ingreso*”. (Mandel, 1998, p. 122)

<sup>30</sup> Presente no Livro Primeiro de *O capital*, mais precisamente no capítulo XIV, Marx (1985a, p. 105). Citamos também Marx (1980, p. 137) e Marx (1985c, p. 114).

<sup>31</sup> Vale observar que Marx não apresenta “definições”, mas categorias, as quais “[...] expressam formas de ser, determinações da existência [...]”. (Marx, 2011, p. 59) Portanto, considerando que todo ser é histórico, não há categoria imutável, pois elas refletem as transformações históricas de cada ser.

de valores de uso y la producción de valores de cambio), excluye lógicamente “los bienes no materiales” de la esfera de la producción de valor. (Mandel, 1998, p. 124)

Desta forma, Mandel considera como atividades produtivas apenas aquelas que resultam em mercadorias. Mas se deve frisar que para ele não há mercadorias cuja materialidade é apenas social, toda mercadoria deve ter um valor de troca e um valor de uso que circulam separadamente à produção.<sup>32</sup> Portanto, os serviços – que não resultam em mercadorias “materiais” – seriam improdutivos, excetuando o transporte *de mercadorias*, que Marx em *O capital* considera como atividade vinculada diretamente à produção.

Mandel observa ainda que existem diversos serviços que se vinculam, como o transporte, ao processo produtivo, tais como a construção civil, a produção de refeições em restaurantes, as quais, no entanto, referem-se à produção de mercadorias. Quaisquer outros serviços, como serviços médicos, educacionais, comerciais, bancários etc., que não resultam na produção de mercadorias que existem separadamente do ato de produção, não se configuram como trabalho produtivo.

A partir desta definição, Mandel conclui ainda que atividades que estejam vinculadas à produção de mercadorias, e que sejam indispensáveis a isto, são trabalho produtivo, ou seja, os trabalhadores vinculados ao trabalho coletivo, sejam eles trabalhadores manuais ou não, seriam trabalhadores produtivos:

El trabajo productivo, en tanto que trabajo en el área de la producción de mercancías, es todo el trabajo asalariado indispensable para ese proceso de producción; es decir, no sólo el trabajo manual, sino también el de los ingenieros, la gente de trabaja en los laboratorios, los supervisores y hasta los gerentes y empleados de almacén, en la medida en que la producción física de una mercancía sería imposible sin ese trabajo. (Mandel, 1998, p. 127)

Não seriam trabalhadores produtivos os contadores, seguranças e outras atividades que contribuem para o funcionamento da fábrica, mas não se relacionam com a produção de mercadorias.<sup>33</sup> Para suas conclusões Mandel considera que existem contradições nas elaborações de Marx sobre a temática, e cita como exemplo partes das *Teorias da mais-valia* e de *O capital* que se contradiriam. Afirma a prioridade de *O capital* frente a seus manuscritos anteriores, os quais constituem *Teorias da mais-valia*

---

<sup>32</sup> Observamos que para Marx a mercadoria é a unidade de valor e valor de uso. Este valor, no entanto, se manifesta apenas na troca de mercadorias, a partir do valor de troca, cujo desenvolvimento culmina no dinheiro, o qual complexifica a relação entre valor e valor de uso, surgindo como algo externo, que confronta a mercadoria com seu próprio valor. (Marx, 1985a, capítulos I, II e III, destacadamente).

<sup>33</sup> Uma análise que apresenta semelhanças com a de Mandel é a polêmica interpretação de Sérgio Lessa (2007), que considera os serviços como atividade improdutiva. No entanto, diferente de Mandel, Lessa exclui todos os trabalhadores que compõem o trabalhador coletivo e que não manipulam a mercadoria. Lessa (2007, p. 147-56; p. 184-95) restringe, assim, a categoria trabalho produtivo ao trabalho manual. Esta interpretação, a nosso ver, decorre exatamente do equívoco de analisar o trabalho coletivo que pressupõe o desenvolvimento do modo de produção especificamente capitalista, tal como Marx (1985b) aborda no capítulo XIV, com atributos da cooperação simples ou manufatura, que, como indicamos na subseção 2.5, apresentam características muito distintas. Discordamos, portanto, em essência, desta análise.

e o *Capítulo VI inédito*. Quanto à definição no capítulo XIV de *O capital*, em que encontramos a afirmação de que o professor é tão produtivo quanto o trabalhador da fábrica de salsichas, neste momento, para Mandel, Marx se referiria apenas à valorização do capital individual, ou seja, com o trabalho do professor o capitalista apenas se apropriaria de mais-valor.<sup>34</sup>

Diante de suas conclusões questionamos por que, exatamente no Livro Primeiro, quando Marx trata da produção de mais-valor e não de sua apropriação, este fala dos serviços como produtivos? Ora, se os serviços apenas se apropriassem do mais-valor produzido em outras esferas, não teria Marx de apresentá-los ao falar do lucro e não do valor? Pontuaremos nossas reflexões a estes questionamentos mais adiante.

### 3.2. Isaak Rubin e a forma social como determinante

Em seu livro *A teoria marxista do valor*, utilizando-se principalmente de *O capital* e de *Teorias da mais-valia*, Rubin afirma que para Marx a caracterização de uma atividade como trabalho produtivo ou improdutivo não decorre de seu conteúdo, mas sim de sua forma social, ou seja, não há uma definição de trabalho produtivo em geral que seja independente das relações sociais.<sup>35</sup>

O trabalho produtivo, para Marx, significa: trabalho engajado no *dado sistema social de produção*. Marx está interessado na questão de qual produção social se trata, de como a atividade de trabalho das pessoas empenhadas na produção social difere da atividade de trabalho das pessoas que não estão empenhadas na produção social (por exemplo, o trabalho voltado para a satisfação de necessidades pessoais ou para serviço doméstico). (Rubin, 1982, p. 279)

A partir deste entendimento não há impedimento para que atividades que não resultem em nenhum objeto material sejam trabalho produtivo. Para Rubin, atividades ainda diversas, e que não são imprescindíveis ao ser humano – “pouco úteis” para o autor –, como o trabalho do palhaço, podem ser produtivas, e atividades “mais úteis” como a do alfaiate podem ser trabalho improdutivo. O que determina o critério de ser ou não produtivo é se esta atividade é remunerada com dinheiro enquanto capital ou dinheiro consumido como renda. Rubin apresenta duas conclusões:

- 1) todo trabalho que o capitalista compra com seu capital variável, com a finalidade de extrair dele mais valia, é trabalho produtivo, independentemente de este trabalho objetivar-se ou não em coisas materiais e ser ou não objetivamente necessário ou útil para o processo social de produção (por

<sup>34</sup> Este é também o entendimento de Netto e Braz (2006).

<sup>35</sup> Esta análise guarda semelhanças com a de Reinaldo Carcanholo (2007), o qual considera que a forma social predomina sobre o conteúdo material no entendimento de trabalho produtivo. No entanto, diferente de Rubin, Carcanholo amplia a análise de trabalhador produtivo, ao considerar como excedente não apenas o mais-valor, mas todo o excedente mercantil que contribui à formação do lucro global. Entendemos que “ampliar” este conceito para incluir formas intermediárias de produção (artesanato e campesinato), serviço público etc. descaracteriza a análise de trabalho produtivo, o qual, defendemos, é aquele que produz mais-valor, e não aquele que permite indiretamente e muito mediadamente a apropriação deste pelo capitalista.



exemplo, o trabalho do palhaço empregado por um empresário circense); 2) todo trabalho que o capitalista não compra com seu capital variável não é produtivo do ponto de vista da economia capitalista, embora esse trabalho possa ser objetivamente útil e objetivar-se em bens de consumo materiais que satisfaçam necessidades humanas de subsistência. (Rubin, 1982, p. 278-9)

A forma social capitalista pressupõe o trabalho assalariado que serve à valorização de capital, este trabalho é o trabalho produtivo. Do ponto de vista de seu conteúdo, uma atividade pode ou não ser produtiva, pois a definição como trabalho produtivo depende da inserção desta atividade sob a forma social capitalista: para ser produtiva deve se destinar à valorização de capital. Para este entendimento, Rubin utiliza-se de diversos trechos presentes nas *Teorias da mais-valia*. Vale ressaltar que para ele, o trabalho do camponês ou dos artesãos se organiza por princípios diferentes da empresa capitalista (cujo objetivo é valorizar capital) e, portanto, a elas não cabe a distinção entre trabalho produtivo ou improdutivo. Afirma Rubin (1982, p. 284): “o trabalho intelectual necessário para o processo de produção não difere, sob qualquer aspecto, do trabalho físico. É ‘produtivo’ se estiver organizado sobre princípios capitalistas”. Não importa se esta atividade está vinculada ao trabalho que produz mercadorias no interior de uma fábrica, o que entendemos como vinculado ao trabalho coletivo, ou se está fora da fábrica, em uma empresa independente, terceirizada.<sup>36</sup> Por essa caracterização, os serviços também podem ser atividades produtivas, desde que respondam a esses critérios (serem vinculados à forma social capitalista e executarem funções reais de produção). Uma atividade que por seu conteúdo cria riqueza material pode não ser atividade produtiva e uma atividade que não cria riqueza material, mas se organiza sob os princípios da empresa capitalista, é, necessariamente, uma atividade produtiva. (Rubin, 1982, p. 285) Devemos, no entanto, deixar claro que nem toda a empresa capitalista realiza necessariamente uma atividade produtiva. Para tal, fazemos uso aqui dos desenvolvimentos de Marx, o que demonstrará nossos pontos de contato com Rubin e esclarecerá algumas divergências frente aos desenvolvimentos de Mandel.

Marx, na seção IV de seu Livro Terceiro de *O capital* nos apresenta a substantivação das formas funcionais do capital. Com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, o capital industrial: unidade de capital-dinheiro, capital produtivo e capital-mercadoria, tal como apresentado no Livro Segundo, passa agora a concentrar-se em sua função enquanto capital produtivo. Surgem então capitais individuais destinados a exercerem as funções do capital-dinheiro e do capital-mercadoria, constituindo-se no capital comercial. Este capital comercial será remunerado a partir do lucro comercial, que nada mais é do que uma dedução do mais-valor produzido pelos trabalhadores empregados pelo capital industrial.<sup>37</sup> Desta forma, empresas individuais que visam a valorização de seu capital, mas se dedicam a atividades de circulação, como no comércio, não produzem mais-valor, apenas se apropriam deste.

Em suas análises, Mandel se baseia nestes elementos para colocar também aí os serviços. Embora para a contabilidade nacional não haja distinção entre comércio

<sup>36</sup> A relação entre terceirização e trabalho produtivo foi por nós desenvolvida em Tristão (2017).

<sup>37</sup> Na seção V do Livro Terceiro, Marx (1986a; 1986b) nos apresentará também o “capital a juros” e o “capital fictício”, cujo resultado também só permite ao seu proprietário a apropriação de valor, sem que contribuam diretamente à produção de quaisquer vestígios de mais-valor.

ou serviços pessoais – todas congregadas no chamado “setor terciário” – numa análise marxiana é-nos clara a distinção: o comércio visa a circulação de mercadorias já produzidas; os serviços pessoais, como a atividade do professor na “fábrica de ensinar” visa a produção de uma mercadoria nova, destinada à valorização do capital, sendo, portanto, produção e não circulação.<sup>38</sup> Diferente do que quer Mandel, os serviços são trabalho produtivo, pois produzem mercadorias e mais-valor, enquanto atividades comerciais, que se apropriam do lucro comercial, apenas auxiliam na realização de mercadorias já “prenhes” de mais-valor, realizam, como esclarece Rubin, metamorfoses apenas formais.

O caráter produtivo do trabalho é uma expressão do caráter produtivo do capital: o trabalho que produz mais-valor é aquele que se troca por capital produtivo em contraposição ao capital comercial, cujo trabalho por este empregado só serve a metamorfoses formais do valor. Atividades que vinculadas a empresas capitalistas executem funções reais de produção (que não se restringe às “materiais”) são produtivas – e nesta categoria Rubin inclui a contabilidade. Já aquelas que só servem a metamorfoses formais do valor são improdutivas, embora possam permitir a apropriação de mais-valor.

### **Considerações finais**

Por todo exposto, ainda que Ernest Mandel nos apresente contribuições significativas, a análise de Isaak Rubin, que remonta ao ano de 1923, parece-nos uma das mais acertadas. Concluimos que, por mais complexa que seja a análise dos serviços e por mais mediações que tenhamos de fazer para analisá-las, estas atividades podem ser, certamente, trabalho produtivo. No entanto, entender sua participação no processo de acumulação de capital no capitalismo contemporâneo impõem-nos outros desafios.

Primeiro temos as possíveis implicações dos limites de sua utilização capitalista, a saber: 1) os serviços operaram tal como as chamadas posições teleológicas secundárias; e 2) os serviços são subsumidos apenas de forma limitada ao capital. Estas implicações ganham relevância ao pensarmos na forma como o capital expande hoje seu domínio a serviços que anteriormente não se trocavam por capital.

O processo de terceirização crescente, transforma atividades antes improdutivas, como a do porteiro ou vigia de um prédio público, em uma atividade produtiva, pois contratados por uma empresa cujo objetivo é a valorização de seu capital, com a subcontratação destes serviços. As atividades plataformizadas, como o motorista de aplicativo, ao realizar a mesma atividade que um motorista particular ou um taxista cooperado, o faz sob o jugo do proprietário do aplicativo, o qual retira desta atividade

---

<sup>38</sup> Observamos que no Livro Primeiro, capítulo IV, de *O capital*, Marx aponta que a circulação ou troca de mercadorias jamais produz mais-valor: “Se equivalentes são permutados, daí não surge mais-valia, e se não equivalentes são permutados, daí também não surge mais-valia”. (Marx, 1985a, p. 136) Fazemos este destaque para indicar que no mesmo Livro em que Marx demonstra que as atividades que realizam a circulação de mercadorias são atividades improdutivas, afirma, dez capítulos depois, serem os serviços atividades produtivas. Por que nos demais Livros sua análise seria mantida para o comércio, mas não para os serviços? A análise de Mandel carece de uma resposta para essa questão.

seu mais-valor, remunerando-o de forma semelhante ao que Marx (1985b) definia como salário por peça. (Fontes, 2017)

Estas formas de inserção do trabalhador no mercado de trabalho somam-se aos serviços tradicionais, cuja importância é crescente desde meados do século XX. O quanto estas atividades, com sua especificidade e complexidade tão distinta do trabalho fabril, não contribuem às contradições e crises do capital?

Do mesmo modo, complexa é a forma de mercantilização de atividades médicas, educação e atividades de cuidado. Sua subsunção ao capital e as constantes tentativas de padronização levam a um esvaziamento de seu conteúdo, deixando estas atividades de cumprirem satisfatoriamente o serviço ao qual se destinam. A educação privada do ensino superior é emblemática.

Estas atividades “qualificadas”, quando inseridas na lógica de valorização do capital, não apenas enfrentam sua padronização, mas também a tentativa de serem automatizadas. As contradições que daí decorrem nos remetem às ficções científicas, quando pensamos, por exemplo, na utilização da Inteligência Artificial na substituição destes trabalhadores. Certamente derivariam daí, se tivémos o desenvolvimento de uma IA que seja capaz de substituir o trabalho humano, contradições que impactam no desenvolvimento da personalidade humana (Lukács, 2013), caminhando a passos largos num processo crescente de reificação das relações humanas, sem falar na acentuação do desemprego e miséria absoluta.

Por fim, a luta de classes surge hoje com uma classe trabalhadora fragmentada, em meio à mistificação e alienação intensificadas pela ideologia neoliberal, num contexto cuja consciência da classe trabalhadora parece não ter vez. Sua inserção no modo de produção capitalista é cada vez mais como superpopulação relativa ou em empregos degradantes. Quando não é esta a situação, nos serviços, principalmente via aplicativos, encontra-se envolta na ideologia do “empreendedorismo”, tão cara ao neoliberalismo.

Como resultado, a barbárie crescente parece lançar trabalhadores para a resignação, quando não para a ideologia neofascista. O que vem a somar-se com a crise do capital, cujas contradições conduzem cada vez mais a humanidade a um contexto de ameaça a sua sobrevivência.

O caráter produtivo dos serviços e sua hipertrofia – que carregam uma complexidade ímpar – tornam a crítica contemporânea um desafio que nos obriga a avançar para além das polêmicas, como também a fugir de respostas simplistas, a partir de analogias que deixam de lado determinações importantes. Nossa proposta neste texto, foi a de apresentar a complexidade dos serviços, sem nos furtarmos de uma interpretação, apontando para questões que ainda exigem respostas.

## Referências

- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7ª ed. Ver. Ampl. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BORÓN, A. *Império & Imperialismo*. Buenos Aires: CLACSO, 2002.
- CARCANHOLO, R. “A categoria marxista de trabalho produtivo”. *Anais do Encontro Nacional de Economistas Marxistas*, Curitiba, n. 1, 2007.
- CARCANHOLO, R.; NAKATANI, P. “O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro característico da globalização”. *Ensaio FEE*, v. 20, n. 1, 1999, p. 284-304.
- CARCANHOLO, R.; SABADINI, M. “Capital fictício e lucros fictícios”. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 24, 2009.
- CHESNAIS, F. “A proeminência da finança no seio do ‘capital em geral’, o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital”. In: BRUNHOFF, S. et al. *A finança capitalista*. São Paulo: Alameda, 2010.
- FAUSTO, R. *Marx: lógica e política*. Tomo 2. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- FONTES, V. “Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho”. *Revista Marx e o Marxismo*, v. 5, n. 8, jan-jun, 2017, p. 45-67.
- GORZ, A. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005.
- HARDT, M.; NEGRI, A. *Império*. 3ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- HELLER, A. *Sociología de la vida cotidiana*. Barcelona: Península, 1977-1994.
- \_\_\_\_\_. *O cotidiano e a história*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- IAMAMOTO, M. *Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2007.
- LAZZARATO, M.; NEGRI, A. *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- LESSA, S. *Para além de Marx? Crítica da teoria do trabalho imaterial*. São Paulo: Xamã, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Cortez, 2007.
- LUKÁCS, G. *Estética*. Barcelona / México: Grijalbo, 1966.
- \_\_\_\_\_. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MANDEL, E. *A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo: Ensaio; Campinas/SP: UNICAMP, 1990.
- \_\_\_\_\_. “*El capital*”: cien años de controversias en torno a la obra de Karl Marx. 2ª ed. México/Espanha/Argentina/Colombia: Siglo Veintiuno Editores, 1998.
- MARX, K. *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico*. Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- \_\_\_\_\_. *O capital: crítica a economia política*. Livro Primeiro. Tomo I. São Paulo: Nova Cultural, 1985a.

- \_\_\_\_\_. *O capital: crítica a economia política*. Livro Primeiro. Tomo II. São Paulo: Nova Cultural, 1985b.
- \_\_\_\_\_. *Capítulo VI, inédito de O capital: resultados do processo de produção imediata*. São Paulo: Moraes, 1985c.
- \_\_\_\_\_. *O capital: crítica a economia política*. Livro Segundo. São Paulo: Nova Cultural, 1985d.
- \_\_\_\_\_. *O capital: crítica a economia política*. Livro Terceiro. Tomo I. São Paulo: Nova Cultural, 1986a.
- \_\_\_\_\_. *O capital: crítica a economia política*. Livro Terceiro. Tomo II. São Paulo: Nova Cultural, 1986b.
- MARX, K. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.
- MORAES NETO, B. *Século XX e trabalho industrial: taylorismo/fordismo, ohnoísmo e automação em debate*. São Paulo: Xamã, 2003.
- \_\_\_\_\_. “Pós-fordismo e trabalho em Antonio Negri: um comentário”. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, n. 18, jun., 2006, p. 39-61.
- NETTO, J. P. “Para a crítica da vida cotidiana”. In: NETTO, J. P.; FALCÃO, M. C. *Cotidiano: conhecimento e crítica*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1989.
- NETTO, J. P.; BRAZ, M. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006.
- PRADO, E. *Desmedida do valor: crítica à pós-grande indústria*. São Paulo: Xamã, 2005.
- QUESNAY, F. *Análise do Quadro Econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- RIBEIRO, N. R.; ALMEIDA, A. C. S. “A concepção marxiana de trabalho produtivo: uma crítica às contas nacionais”. *Anais do Fórum BNB de Desenvolvimento, Nordeste: estratégias de desenvolvimento regional*, Fortaleza, 2006.
- RUBIN, I. *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica*. 10ª ed. Revisada. São Paulo: Autores Associados, 2008.
- SMITH, A. *Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- TRISTÃO, E. “Práxis humana e subsunção do trabalho ao capital”. *Anais do Seminário do Trabalho da Rede de Estudos do Trabalho (RET)*, Marília-SP, n. 6, 2008.
- \_\_\_\_\_. *O Serviço Social em debate: trabalho ou ideologia? Uma sugestão de análise*. Dissertação (Mestrado), 262f. – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- \_\_\_\_\_. “O trabalho coletivo no modo de produção especificamente capitalista”. *Anais do XVII Encontro Nacional de Economia Política*, Rio de Janeiro, 2012.
- \_\_\_\_\_. “A terceirização e a acumulação de capital”. *Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo – MM2017*, Niterói, 2017.

Recebido em 28 de julho de 2024

Aprovado em 19 de setembro de 2024